

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

1 -----Aos onze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta vila de Bom-
2 barral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião
3 ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente
4 da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, e dos senhores Vereadores Jorge Gabriel
5 Duarte Catana Monteiro Martins, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, José João
6 Jesus Ferreira, Rui Fernando Figueiredo Viola, Maria Teresa Rodrigues Faustino e
7 Bruno António Martins Santos. -----

8 -----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando
9 Carreira Taborda Ferreira.-----

10 -----Esteve igualmente presente a senhora Chefe da Divisão Financeira Regina
11 Paula Aires. -----

12 -----Pelas 15.15 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião,
13 a fim do executivo, conforme acordado na reunião pública do executivo de 04.12.2006,
14 se deslocar à Quinta da Granja, para ver os danos causados pela intempéries do pas-
15 sado mês de Novembro. -----

16 -----Pelas 16.25 horas foi a reunião reatada com a presença de todos os membros
17 do executivo.-----

18 **DELIBERAÇÕES:** Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de
19 Setembro, foi reconhecida por unanimidade, a urgência de deliberação imediata do
20 seguinte assunto: -----

21 **1365. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2007:** Presentes as propos-
22 tas de orçamento e grandes opções do plano para 2007, da Câmara Municipal de
23 Bombarral, foram as mesmas colocadas à discussão. -----

24 -----**INTERVENÇÃO:** O senhor Presidente da Câmara disse ter-se tentado que
25 este documento fosse participado por todas as forças políticas. O documento foi distri-
26 buído numa primeira fase há cerca de 15 dias e a nota introdutória na passada quinta-
27 feira e foi por isso que a votação passou para hoje. Realçou o facto de ter havido um
28 esforço de participação tendo sido atendidas as propostas recebidas. “Ao longo do
29 tempo, as atribuições e competências das autarquias locais têm vindo a aumentar,
30 destacando-se, agora claramente, preocupações e políticas tendentes à melhoria da
31 Qualidade de Vida das Populações, com uma clara aposta nas Pessoas e nas políti-
32 cas viradas para estas, como são o apoio aos Idosos e aos Jovens com prioridades na
33 área da política da Habitação Social, da Educação. Numa política de fixação de jovens
34 no nosso Concelho, vamos implementar os CDH - Contratos desenvolvimento Habitacional
35 (custos controlados) para o espaço a norte do pavilhão e piscina municipal. Ciente destas
36 novas tendências, também a Câmara Municipal de Bombarral, tem vindo a pugnar pelas
37 mesmas, inscrevendo e adoptando, claramente, nos seus Documentos previsionais,
38 uma estratégia que conduz à implementação e concretização dessas novas atribuições
39 e competências, de que o sector da Educação é um exemplo claro e perfeitamente actual,
40 com um conjunto de atribuições e competência que têm vindo a ser transferidas da
41 Administração Central para as Autarquias Locais, e para a nossa também, naturalmente,
42 sem os correspondentes meios financeiros adequados. Daí também serem evidentes os
43 propósitos de criação de políticas viradas, essencialmente, para a Requalificação Urbana,
44 tornando a nossa Vila mais atractiva, com gran-

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

45 de ênfase para a obra da requalificação do Largo do Município, mais verde e iniciando
46 um combate decisivo contra a degradação do edificado urbano, criando, por um lado,
47 instrumentos de caracterização e de planeamento do mesmo e, por outro lado, imple-
48 mentando os instrumentos e as políticas capazes de defenderem e promoverem a
49 melhoria deste edificado que é característico da nossa Vila. Em paralelo, serão toma-
50 das medidas no sentido da demolição dos imóveis que, pela sua degradação, consti-
51 tuam perigo para a segurança e saúde públicas. Mas para além da Vila, a preocupa-
52 ção deste executivo está também patente na requalificação das nossas principais
53 aldeias, apresentando Projectos de Requalificação com vista a torná-las mais atraen-
54 tes e com mais Qualidade de Vida para os bombarralenses que aí habitam, dos quais
55 destacamos, desde já, concretamente, os projectos de requalificação do Largo de S.
56 Mamede, do Largo do Sobral do Parelhão, a requalificação urbana e paisagística do
57 espaço verde na R. Camilo José Soares (Largo dos Sobreiros), no Largo da antiga
58 Pré-Primária do Pó e Largo do Cintrão, comprometendo-nos a prosseguir a concretizar
59 estes Projectos, nos próximos anos, nas restantes aldeias do Concelho. Por outro
60 lado, já em 2007 serão iniciados os trabalhos de execução do Plano de Intervenção
61 das Acessibilidades para todos na área urbana do Município, projecto incluído na
62 Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade. Por outro lado está a ser dado um
63 impulso importante ao Planalto das Cezaredas com especial destaque para as áreas
64 abrangidas por este plano no nosso Concelho, concretamente o Picoto, o Vale do Roto
65 e Columbeira e nos vales do Pó, criando-se aqui uma Zona Natural de grande atracti-
66 vidade para o nosso Concelho assim como para todos os Concelhos envolvidos neste
67 Projecto Intermunicipal com os Concelhos da Lourinhã, Óbidos e Peniche. Vamos
68 também, conforme compromisso retomar em 2007 os planos de salvaguarda do Car-
69 valhal e Columbeira, com a constituição de um pequeno gabinete técnico. A reabilita-
70 ção e dinamização do nosso património histórico, arqueológico e natural é também um
71 objectivo imediato, pondo em prática pequenas acções sistemáticas e consequentes
72 que nos permitam ter a visibilidade necessária para poder responder aos desafios do
73 turismo como motor do desenvolvimento económico. A criação de pequenos roteiros
74 como o religioso, o dos moinhos, o das vindimas, pode ser o arranque para uma nova
75 forma de rentabilizar o nosso potencial turístico, enquanto não temos disponíveis todos
76 os instrumentos para uma aposta mais forte. Promoveremos acções de debate público
77 sobre a utilização da Mata Municipal que proporcione a sua conservação e fruição. Ao
78 nível do Planeamento Urbanístico/Requalificação Urbana, o impulso decisivo e deter-
79 minante que foi dado à Revisão do PDM e ao Plano de Urbanização da Vila, revelam
80 uma grande preocupação permanente com o planeamento e a organização do cresci-
81 mento adequado e ajustado à nossa realidade concelhia e até regional, integrados
82 como estamos numa Região Oeste em franco desenvolvimento, impulsionado pela
83 capacidade que a região revela ao conjugar a atractividade que o mar proporciona a
84 par da Ruralidade que continua a caracterizar esta Região e o nosso Concelho em
85 particular, pelo que a Revisão do P.D.M. deverá dotar este instrumento de planeamen-
86 to de mecanismos capazes de atrair e fixar investimentos estruturantes na área do
87 Turismo respeitando sempre a principal característica do nosso Concelho que é a sua
88 Ruralidade. É também esta integração na Região Oeste que vai determinar decisiva-

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

89 mente a “alavanca” necessária ao Parque Tecnológico do Oeste a implementar na
90 ZIO, em conjugação com a AMO, com especial predominância no nosso Concelho,
91 aproveitando na íntegra as novas oportunidades que o novo QREN irá concretizar
92 para esta Região. Mas nenhuma destas políticas e intenções pode ser dinamizada se
93 não continuar a predominar uma verdadeira consolidação orçamental, que já foi a nos-
94 sa preocupação no anterior Orçamento e vai continuar a ser neste por forma a permitir
95 que todos estes projectos tenham uma concretização prática e efectiva. Os Documen-
96 tos Previsionais a adoptar são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. As Gran-
97 des Opções do Plano incluem o Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado
98 por PPI, e as Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica O PPI tem um hori-
99 zonte de quatro anos, e é um documento que se vai adequando no tempo à medida
100 que vai sendo executado; inclui todas as despesas orçamentais a realizar por investi-
101 mentos, os quais são inscritos por projectos. Os projectos são agrupados em progra-
102 mas, e estes integram-se em objectivos, os quais correspondem às grandes áreas de
103 intervenção autárquica. As grandes prioridades, que definem, claramente, a *estratégia*
104 *deste Executivo* ao aprovar estes Documentos, vão para a *Consolidação Orçamental*,
105 com uma grande preocupação e rigor na contenção da despesa e na alteração de pro-
106 cedimentos e atitudes tendentes a alterar o despesismo que estava instalado na orga-
107 nização e funcionamento da Autarquia. A *EDUCAÇÃO*, que apresenta uma taxa de cres-
108 cimento de 132,64% relativamente ao ano transacto e um peso percentual na presente
109 proposta de Orçamento para 2007 de 8,29%, evidencia ser uma das grandes priorida-
110 des deste Executivo no sentido de corresponder às novas exigências do Poder Cen-
111 tral, não obstante de tal facto acarretar um significativo esforço financeiro. Nesta área
112 há compromissos assumidos pela nossa Câmara Municipal, ao nível do Enriquecimen-
113 to Curricular e da Alimentação ao Primeiro Ciclo, com o Governo Central que tornam
114 estes processos irreversíveis e inadiáveis. Estamos a desenvolver todos os esforços
115 para ter a Carta Educativa aprovada no primeiro semestre de 2007, após o indispen-
116 sável debate público que gerará decerto as soluções mais justas, racionais e promoto-
117 ras de um ensino público de qualidade. Só então nos poderemos candidatar aos gran-
118 des investimentos necessários para este sector. Entretanto, para já, constituiremos
119 equipas que actuem de forma prática e rápida na reabilitação dos edifícios e espaços
120 escolares, permitindo as condições mínimas exigíveis para o sucesso educativo.
121 Apoiaremos os novos projectos implementados na Escola Secundária quanto ao ensi-
122 no profissional. Vamos apostar no apoio a acções práticas de educação para a saúde,
123 cidadania e valorização do património histórico, cultural e ambiental. A *ACÇÃO SOCIAL*,
124 evidencia um aumento significativo em relação ao Orçamento do ano que agora finda,
125 na ordem dos 574,31% e um peso percentual de 2,08% no próximo Orçamento. O
126 *ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*, continua a ser uma aposta estratégica pois
127 representa 10,01% do peso na globalidade do Orçamento para 2007, assim como o
128 Abastecimento de Água que ainda representa 12,21% do próximo Orçamento, com a
129 conclusão das obras do reforço de Abastecimento de Água à parte Alta da Vila, e os
130 Resíduos Sólidos, nomeadamente com a construção de um Ecocentro de forma a agi-
131 lizar e higienizar o Município. A *MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA*, com a conclu-
132 são das obras de restauro do Edifício permitem um acesso generalizado de todos os

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

133 municípios aos diversos serviços camarários com outra dignidade e eficácia, assim
134 como a concretização da Candidatura já aprovada na CCDD - Lisboa e Vale do Tejo “
135 Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade e sua Certificação” ISSO 2001,
136 aplicável nos Serviços de Atendimento, Obras Particulares, Taxas e Licenças, Águas e
137 Saneamento, tudo isto vai ser implementado através de um Programa, em 2007, Intra-
138 net denominado “MY-NET”, que vai interligar todos os Programas instalados na Câma-
139 ra Municipal, sendo todos eles de integração em autoavaliação e controle de eficácia e
140 rentabilização do desempenho dos Recursos Humanos e sua valorização. Novas fun-
141 cionalidades serão desenvolvidas no sítio da Câmara de forma a torna-lo mais interac-
142 tivo e funcional, de forma a disponibilizar mais documentos, agilizando e simplificando
143 os serviços. Para que este Plano seja exequível teremos de contar desde já, mesmo
144 sem todas estas condições, com um grande empenho de todo o pessoal autárquico.
145 Redefiniremos equipas e cargos, requalificando sempre que necessário e justo bem
146 como realizaremos obras de reabilitação e adaptação nos armazéns municipais de
147 forma a proporcionar as condições de trabalho que permitam racionalizar e melhorar
148 meios e recursos. Os instrumentos que vos apresento resultam de um esforço conjun-
149 to de uma vasta equipa, de autarcas e funcionários, e foram sujeitos a inúmeras pres-
150 tações e ajustamentos denotando um enorme e sincero esforço de contenção ao nível
151 da despesa, conduzindo a um redobrado esforço ao seu equilíbrio, sem contudo invia-
152 bilizar as inúmeras actividades municipais a desenvolver no próximo esforço de 2007.
153 O maior grau de detalhe poderá ser obtido pela leitura dos documentos apresentados.
154 Neles estão espelhadas as nossas opções e estratégias. Salienta-se com clareza a
155 nossa preocupação com a Educação, Área Social, Requalificação Urbana e Ordena-
156 mento do território. VISTO A PREVISÃO DAS RECEITAS DETERMINAR A CAPACIDADE DE
157 FINANCIAMENTO DA AUTARQUIA E DESTE MODO FIXAR O LIMITE DE DESPESAS, houve a
158 necessidade de programar, em termos de investimento e actividades mais relevantes,
159 todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos, com
160 grande incidência na área do planeamento estratégico e modernização administrativa,
161 já que os mesmos são determinantes no desenvolvimento sustentado do Concelho.
162 Em termos de projectos e actividades previstas para o presente ano, todas as áreas
163 de actuação da Câmara Municipal receberam um destaque adequado comparativa-
164 mente ao ano transacto: -----

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

Objectivos das GOP	Dotação 2006	Dotação 2007	Tx Cresc. 2006/2007	Peso % no Orçamento
Administração Geral	1 276 362	773 820	-39,37%	5,19%
Protecção Civil	55 000	133 175	142,14%	0,89%
Educação	526 700	1 225 330	132,64%	8,22%
Acção Social	45 854	309 200	574,31%	2,08%
Habitação	470 000	143 000	-69,57%	0,96%
Ordenamento do Território	1 616 306	1 490 555	-7,78%	10,01%
Saneamento	521 294	435 592	-16,44%	2,92%
Abastec. Água	2 323 555	1 818 989	-21,72%	12,21%
Resíduos Sólidos	346 288	767 648	121,68%	5,15%
Protecção Amb. Natureza	190 000	191 108	0,58%	1,28%
Cultura	210 027	293 500	39,74%	1,97%
Desporto, Recreio e Lazer	2 333 939	1 160 952	-50,26%	7,79%
Indústria e Energia	350 000	200 000	-42,86%	1,34%
Transportes Rodoviários	927 800	798 557	-13,93%	5,36%
Mercados e feiras	29 000	117 500	305,17%	0,79%
Turismo	151 665	135 262	-10,82%	0,91%

165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183

-----Mas este documento reflecte, também, a situação financeira em que vivemos, consequência de grandes investimentos que ainda se mantêm para 2007. O ano de 2007 vai ser um ano difícil na gestão autárquica, tendo em conta a situação financeira; os encargos assumidos com entidades, colectividades e instituições. Trata-se de um Orçamento de contenção no que respeita a despesas. É um Orçamento ajustável ao mandato, ou seja, a intenção é equilibrar as contas da autarquia durante o ano de 2007. Embora o Orçamento para 2007 seja inferior ao ano passado, neste ano verificar-se-ão alguns investimentos de relevo para o Concelho. 2007 será um ano de elaboração de estudos e de definição de projectos, que irão permitir, nos próximos dois anos de mandato, que se possam concluir esses mesmos projectos. Com um Orçamento global de € 14 897 710,00, dos quais € 7 684 113,00 referente a despesas correntes e € 7 213 597,00 a despesas de capital, a contenção da despesa reflecte-se pelo facto do valor global do Orçamento apresentar uma diminuição significativa relativamente ao ano transacto, mais concretamente em € 3 538 576,00, correspondendo a menos 19%. No que respeita a receitas, e apesar dos cortes orçamentais do Estado, para além da receita estrutural, prevêem-se receitas extraordinárias apenas na ordem € 2 240 000, menos 55% que em 2006, receitas essas que se referem exclusivamente à venda de património como forma de equilibrar as contas da autarquia durante o ano

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

184 de 2007. Apesar e para além deste quadro de dificuldades, o Bombarral vive um
185 período importante e decisivo no que respeita às perspectivas de desenvolvimento. A
186 simplificação da estrutura camarária e dos procedimentos municipais é um imperativo
187 que desde já iniciamos, visando poupar tempo e dinheiro ao município. Queremos cui-
188 dar com esmero da limpeza, da requalificação ambiental dos espaços públicos, da
189 promoção do investimentos e para isso temos objectivos ambiciosos e uma estratégia
190 definida, baseada nas virtudes do planeamento e no equilíbrio urbanístico. Continua-
191 remos a apoiar o movimento associativo agora com novas regras e fórmulas que per-
192 mitam uma distribuição mais justa e mais motivadora que permita o desenvolvimento
193 de novas dinâmicas colectivas. Faremos trabalhos de conservação nos edifícios muni-
194 cipais como Pavilhão, Biblioteca e Museu, devolvendo-lhes funcionalidade e dignidade
195 necessárias às acções culturais e desportivas que aí serão desenvolvidas. Antevêem-
196 se oportunidades de grandes investimentos produtivos, geradores de riqueza e induto-
197 res de crescimento e desenvolvimento económico e social. Vamos vencer estas difi-
198 culdades, com a nossa determinação e inteligência; com a colaboração dos técnicos e
199 trabalhadores da Autarquia e com a compreensão (que esperamos) dos eleitos e da
200 Sociedade Bombarralense. Neste contexto, a aprovação deste Plano e Orçamento é
201 indispensável para garantirmos a continuação e o desenvolvimento da actividade da
202 Câmara ao serviço da População, do Desenvolvimento, do Progresso e da Solidarie-
203 dade Social. Por isso proponho e peço a sua aprovação aos senhores Vereadores e
204 Deputados – como uma medida decisiva para o bem do Bombarral.”-----
205 -----**INTERVENÇÃO:** A senhora vereadora Teresa Faustino disse que este plano é
206 um bocado a repetição do plano do ano passado. Uma grande maioria dos investimen-
207 tos e obras são repetidos na medida em que se executou muito pouco. Podem com-
208 preender a baixa execução do plano de 2006 por terem obrigatoriamente posto todos
209 os projectos que estavam em stand by e que eram financiáveis. Compreendem mas a
210 realização ficou aquém das expectativas. Uma das coisas que ficou abaixo das expec-
211 tativas foi a receita porque a Câmara Municipal não teve grande capacidade de reali-
212 zação de receita que se suporia possível e se presumia realizável, embora todos sou-
213 bessem que o valor das receitas estava seriamente empolado. Além desse empola-
214 mento assumido não houve receita e podiam-se ter criado condições para entrar
215 alguma receita. A conjuntura nacional também não ajudou a vida da Câmara Muni-
216 cipal. Os custos das competências atribuídas serão sempre superiores às verbas atri-
217 buídas. Este plano é uma razoável cópia do ano passado mas sem o empolamento
218 excessivo nas receitas com a venda de terrenos, o que demonstra que poder ser feito
219 um orçamento mais razoável sem ter de empolar daquela maneira a venda de terre-
220 nos. Numa primeira análise do orçamento, pela semelhança que tem com o do ano
221 anterior desagradou-lhe e fê-la ter uma reacção negativa. Tiveram de fazer propostas
222 de alteração e debaterem com profundidade estes documentos com o senhor Presi-
223 dente da Câmara, para se poder estabelecer um consenso necessário para que o
224 Bombarral não continue à espera do desenvolvimento. A sua primeira intenção, sem
225 terem a nota introdutória, era a de votar contra os documentos porque não sentiam
226 que houvesse nenhum compromisso sério na execução do plano. Consideravam que
227 faltava assumir a responsabilidade no cumprimento dos objectivos da nota introdutória

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

228 e isso levou-os a pensar que não havia uma mudança de atitude. Nas discussões tidas
229 com o senhor Presidente da Câmara fizeram algumas exigências de assunção desses
230 compromissos que estão na nota introdutória e que não tendo a certeza absoluta de
231 que o senhor Presidente da Câmara irá implementar medidas para o seu cumprimento,
232 pressupõe garantias de execução. A abstenção vai viabilizar o orçamento tendo em
233 conta os compromissos assumidos pelo senhor Presidente da Câmara e constantes
234 da nota introdutória. Prometeram ao senhor Presidente da Câmara que fariam sistematicamente
235 o controlo da execução dos compromissos assumidos. Foi a única forma
236 que encontraram de não voltarem costas ao executivo desresponsabilizando-se. Mantém
237 o pelouro e continuam a assumir a quota-parte do trabalho do executivo na Câmara,
238 mas com atenção redobrada para que os compromissos do senhor Presidente da
239 Câmara comecem a ser cumpridos no início do ano e continuem ao longo do ano.-----
240 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins lembrou que a senhora
241 vereadora Teresa Faustino começou a sua intervenção dizendo que este orçamento é
242 muito parecido com o orçamento anterior. Não só é muito parecido como quase diria
243 que é igual. É decalcado do orçamento anterior até na demonstração patente na nota
244 introdutória, que se forem ao orçamento do ano passado vão encontrar parágrafos
245 exactamente iguais. Mas há uma coisa que não é igual e que assenta numa mentira
246 política que é quando se diz que este é o orçamento da consolidação. Não há consolidação
247 nem contenção porque a despesa corrente aumenta em áreas onde tal não
248 devia suceder e fá-lo em cerca de € 600.000. Os valores que se reduzem ao nível da
249 receita têm reflexo apenas ao nível da despesa de capital, não esquecendo a questão
250 fundamental que é a continuação do empolamento da receita. Se não se realizar essa
251 receita como é que a Câmara Municipal vai resolver os problemas ao nível do investimento?
252 Estão a votar este orçamento sem qualquer informação sobre a situação
253 financeira da Câmara. Isto é uma cópia que se traduz em transcrever para o orçamento
254 deste ano investimentos que já vêm de trás e isso é assumido na nota introdutória.
255 No segundo ano do mandato devia-se lançar obras, mas está-se a assumir que vai ser
256 dedicado aos estudos e projectos, pelo que se pergunta o que se andou a fazer desde
257 o início do mandato. Sabem que de facto não se fez nada e também não se sabe ainda
258 o que se vai fazer. Desde logo não podem concordar de forma nenhuma com esta
259 falta de capacidade e de iniciativa para dirigir os destinos do concelho. Podiam agarrar
260 muitas outras situações, como o caso do quartel dos bombeiros que tem protocolo
261 aprovado mas de que não vê a verba para apoio à sua construção; no apoio a idosos
262 e a jovens não há dúvida que haja essas intenções mas não é com uma cabimentação
263 de € 6.000 que se vai fazer seja o que for, devendo-se com um minibus fazer-se uma
264 carreira de apoio à população mais idosa; também ao nível da requalificação urbana, a
265 Agenda XXI tem € 5.000 o que está longe de ser o valor necessário para se fazer
266 qualquer projecto nesta área. Quanto ao parque tecnológico do Oeste o que está no
267 orçamento é a demonstração de que continuamos à espera dos outros. Ao nível da
268 consolidação que não existe, continua a não haver projecto de reestruturação financeira
269 da autarquia. As questões que tinham colocado no orçamento anterior voltam a
270 colocar-se agora. O turismo é uma prioridade mas tem uma redução de 10% em relação
271 ao orçamento anterior. A questão essencial é uma questão de fundo. Se calhar

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

272 não se vão entender mas é pena porque o PS há 2 meses lançou um repto para um
273 entendimento alargado sobre o desenvolvimento do concelho e na altura o senhor
274 Presidente da Câmara riu-se e achou que era folclore nunca tendo discutido com eles.
275 Pouco tempo depois o senhor vereador Bruno Santos perguntou como estava o orça-
276 mento e o que surgiu há 15 dias é o que aqui temos hoje e para o qual deram um
277 pequeno contributo, mas o contributo que gostariam de dar devia partir do senhor Pre-
278 sidente da Câmara para um pacto de regime, mas o senhor Presidente da Câmara
279 optou por compromissos pontuais, o que pode resultar com estratégias de curto /
280 médio prazo ou eleitorais, mas que não resulta para o desenvolvimento do concelho.
281 Não entende como é que à quinta-feira o orçamento não é bom e não há condições
282 para se desenvolver trabalho e à segunda-feira, com 3 ou 4 páginas alteradas e que
283 até não são verdadeiras alterações e se dizem umas coisas já se muda de posição. A
284 CDU pretende desenvolver o trabalho que está a fazer no pelouro da educação e sabe
285 que estamos no segundo ano do mandato, pelo que vai gerindo isto e sabe que para a
286 CDU o PS é o seu rival político. Isto vê-se em Alenquer, Peniche e Loures, onde a
287 CDU sistematicamente se cola ao PSD e o contrário também acontece quando a CDU
288 é Câmara e é o PSD a colar-se. Esta estratégia não beneficia o concelho, pode é pon-
289 tualmente beneficiar a CDU. Se este orçamento não fosse aprovado o senhor Presi-
290 dente da Câmara teria que discutir com todas as forças políticas o verdadeiro desen-
291 volvimento do concelho. Com este orçamento aprovado e se não houver nada de
292 excepcional, fica decorrido metade do mandato e a CDU é responsável por essa
293 metade do mandato e vai ter de assumir essa responsabilidade. Este orçamento não
294 vai ser cumprido não porque não o pudesse ser porque é pouco arrojado, mas por falta
295 de capacidade do executivo PSD como a vereadora da CDU disse. O senhor Presi-
296 dente da Câmara vai tentar cumprir os compromissos assumidos mas já provou que
297 não o consegue fazer. Estava á espera que na altura aparecesse alguma mensagem
298 do Pai Natal porque a senhora vereadora disse que acreditava no Pai Natal. Pelo con-
299 trário o PS não acredita no Pai Natal nem neste orçamento. O Bombarral vai continuar
300 à espera. Em relação ao último orçamento falta o provérbio chinês para que esta fosse
301 assim uma cópia da anterior, certamente porque se fala na determinação e na inteli-
302 gência mas o que falta é determinação porque este orçamento nem tem qualquer facto
303 novo que venha romper com o passado. O que existe é conformismo e com isso não
304 pode pactuar. Se este documento fosse inviabilizado e a seguir o senhor Presidente
305 da Câmara tivesse a humildade de discutir estratégias para o concelho de forma mais
306 alargada e fosse apresentado um novo orçamento, se calhar até podiam votar a favor.
307 Assim vão votar contra. -----
308 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Bruno Santos questionou quais são, de
309 forma clara e concreta, os objectivos com reflexo no orçamento e quais as prioridades
310 na educação, acção social, cultura, turismo e juventude. Citou intervenções do senhor
311 Presidente da Câmara enquanto vereador no mandato anterior, questionando se man-
312 têm o que então disse. Considerou que as notas introdutórias não vinculam ninguém.
313 O que vincula alguém são os números realistas do orçamento. A nota introdutória
314 pode ser uma obra de arte literária, mas sem reflexos no orçamento não vincula nin-
315 guém. -----

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

316 -----O senhor Presidente da Câmara afirmou que a actual proposta de plano e
317 orçamento é bem clara nas linhas que pretende. A nível de turismo do ponto de vista
318 estruturante é essencialmente iniciativa privada, assim haja planos de ordenamento
319 que enquadrem esses investimentos. É fundamental rever urgentemente o PDM e em
320 2006 foram dados passos fundamentais para que isso seja feito. Nas áreas da acção
321 social e educação o aumento de mais de 100% das verbas espelha vincadamente as
322 intenções. Outra área fundamental é a requalificação urbana e isso também está de
323 forma bem vinculada. O que aparece em termos de aumento da despesa corrente é
324 inferior aos investimentos efectuados na área da educação. Já se provou que a exe-
325 cução de 2006 diminui a despesa corrente, mas assumindo-se as dívidas dos anos
326 anteriores, é impossível fazer-se três em um. Lembrou que caso o município não invis-
327 ta nestas áreas podem ser retiradas verbas nos anos seguintes. Disse que se vai criar
328 pela primeira vez um instrumento de apoio às micro-empresas. Consideraram perti-
329 nentes as propostas do PS na área social e que implicam custos em termos de despe-
330 sa corrente. Se extraírem a educação e a acção social haveria uma diminuição drásti-
331 ca na despesa corrente. Em relação às citações feitas relativamente a declarações
332 suas em anos anteriores, disse mantê-las e isso espelha-se no próprio orçamento. ----
333 -----A senhora vereadora Teresa Faustino disse que o senhor vereador do PS que
334 ficou chocado por a opinião da CDU ser uma na quinta-feira e outra na segunda-feira,
335 que apesar de não precisar de lhe dar explicações, porque a avaliação será feita ao
336 longo do tempo pela população, o que interessa à CDU é poder trabalhar em prol do
337 concelho para melhorar as condições de vida dos bombarralenses, sem preocupações
338 eleitorais. Disse ser mais habitual o PSD entender-se com o PS. Se localmente há um
339 entendimento da CDU com o PSD é porque entendem que tendo oportunidade de tra-
340 balhar na prática para resolver alguns problemas não vão desperdiçar essa oportuni-
341 dade. Quanto ao facto da semana passada ter manifestado o seu desagrado quanto a
342 estes documentos, fê-lo mas até disse que estes seriam exequíveis, o que faltaria era
343 capacidade de os executar e no discurso do senhor Presidente da Câmara não estava
344 espelhada grande vontade de mudar a situação. Considera não ter havido um esforço
345 de rentabilizar os recursos humanos da Câmara Municipal e aqui há uma grande falha.
346 Este plano de actividades é feito pelo PSD que é quem ganhou a Câmara. As propos-
347 tas nele constantes não serão prejudiciais ao concelho. Não serão as suas opções
348 prioritárias, mas encontram várias coisas em comum nos vários programas eleitorais.
349 Não estão numa conjuntura nacional de poderem exigir mais do que aquilo que aqui
350 está. Se a CDU fosse Câmara teria os mesmos problemas que o PSD vai ter para
351 financiar projectos que invertam a estagnação que o concelho tem vivido. A conjuntura
352 nacional e a nova lei das finanças locais não são favoráveis. Quanto à responsabili-
353 dade, se este mandato for desastroso o PS não precisa de se preocupar com a CDU. A
354 CDU sempre disse que trabalharia em prol do concelho fosse com quem fosse. Se
355 mudaram de opinião, deveu-se ao senhor Presidente da Câmara ter convidado a CDU
356 para reunir, manifestando na altura todas as discordâncias que tinham bem como a
357 preocupação sobre a capacidade de execução da Câmara Municipal no último ano,
358 tendo o senhor Presidente da Câmara dado garantias que se espelham na nota intro-
359 dutória que não é uma obra literária nem precisa de ser. A nota introdutória é um com-

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

360 promisso do senhor Presidente da Câmara sobre as opções reflectidas no orçamento.
361 O senhor Presidente da Câmara assumiu algumas promessas que eram exigidas. Pro-
362 meteram ao senhor Presidente da Câmara que o controlariam dia a dia sobre o cum-
363 primento dessas promessas. Vão avaliar a execução do plano ao longo do ano. Este
364 não é o momento em que seja exigível fazer grandes alterações mas pelos vistos o PS
365 não sabe que os documentos de planeamento necessários para definir algumas coisas
366 ainda não estão em condições. Espera tão ansiosamente como o PS outros instru-
367 mentos de planeamento. Quanto ao pacto de regime não se sabe se incluiria a CDU,
368 mas não acredita em pactos de regime mas sim no debate frontal e transparente para
369 se encontrarem consensos. Quanto às diferenças no discurso de quinta-feira para
370 hoje, lembrou também haver diferenças no discurso do PS. Na quinta-feira pareceu-
371 lhe que o PS estaria disponível para viabilizar o plano. A mudança hoje talvez se deva
372 a terem sabido no fim-de-semana que a CDU ia viabilizar o documento. -----
373 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador José João Ferreira, realçou e reconheceu
374 toda a abertura que o senhor Presidente da Câmara teve para com a oposição. Aber-
375 tura no sentido de uma forma séria a CDU e o PS contribuírem para um orçamento e
376 PPI que são os principais instrumentos de governação da Câmara. A nada do que a
377 CDU e o PS propuseram o senhor Presidente da Câmara voltou costas. Neste orça-
378 mento existem grandes apostas em que o PSD acredita nomeadamente a educação,
379 acção social e requalificação urbana. Ao contrário do que o PS disse, a estratégia está
380 vincada no orçamento. O senhor vereador Gabriel Martins diz que a Câmara devia dar
381 transporte aos idosos, mas admira-se que ele não se aperceba que a Câmara Municipi-
382 pal está já a desenvolver trabalho nessa área no âmbito do Projecto Viver Melhor onde
383 para além da prática do desporto os idosos aproveitam o transporte municipal para tra-
384 tar dos seus assuntos na vila. Quando o PS diz que não houve humildade, pensa que
385 onde isso aconteceu foi na parte do PS. Não sabe se o PS estava à espera que o
386 orçamento fosse reprovado para depois aparecerem com grandes propostas. Gostava
387 de acreditar que para o PS em 1.º lugar estão as pessoas, mas se assim fosse teriam
388 feito as propostas que ficaram na gaveta. -----
389 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino disse que não tenciona-
390 va intervir nesta parte da discussão, mas é obrigado a fazê-lo para esclarecer a afir-
391 mação feita de que foram aceites todas as propostas do PS. Lembrou que pergunta-
392 ram se podiam incluir novas acções e foi-lhes dito pela voz da senhora Chefe da Divi-
393 são Financeira que não se podia mexer nas grandes opções do plano. Aquilo que que-
394 riam dizer é que tinham propostas para incluir nas grandes opções do plano. Não cor-
395 responde à verdade o que o PSD disse. -----
396 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que a expressão pacto de regime foi
397 utilizada num determinado contexto e deve ser lida entre aspas. Também não acredita
398 em promessas privadas que se juram em reuniões privadas e que não estão espelha-
399 das em lado nenhum. Se foram feitas em privado só a CDU é que as pode controlar. O
400 PS não é controlador de ninguém. O verdadeiro controlo é feito pela tutela, pela
401 Assembleia Municipal e pela população, pelo que ninguém tem de se arrogar nesse
402 papel de controlo. Quanto ao turismo, é verdade que a maioria dos projectos tem de
403 aparecer da banda da iniciativa privada, mas isso só é verdade se a Câmara der con-

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

404 dições para tal. Pergunta onde estão propostas para dinamizar o turismo rural, muito
405 embora agora o senhor Presidente da Câmara venha reiterar os planos de salvaguar-
406 da. Questionou se já foram dados alguns passos para integrar as nossas aldeias histó-
407 ricas no programa interreg e se já se fez algum esforço para criar um centro pedagógi-
408 co ao nível de uma quinta rural. Perguntou o que já se fez para se prever em PDM
409 espaços para instalação de resorts. Ao nível do turismo histórico não vale a pena falar
410 da batalha da Roliça. Interrogou o que já terá sido feito ao nível do turismo natural
411 para se limitar a proliferação de aglomerados dispersos. Indagou o que já se fez para
412 relançar a semana gastronómica e se lançar um concurso nacional ou internacional de
413 vinhos. Ao nível do turismo religioso, perguntou o que é que já se fez para, em parce-
414 ria com o Patriarcado de Lisboa, se reconverter o Santuário do Senhor Jesus do Car-
415 valhal. Se se continuar assim não virá nenhum investidor privado. Na educação a des-
416 pesa corrente aumenta, mas não há receita? O aumento da despesa com pessoal tem
417 sobretudo a ver com pessoal contratado e avençado (€ 158.000), questionando se é
418 por aí que se justifica o aumento de € 600.000 na despesa corrente. O aumento da
419 despesa corrente no capítulo 02 tem a ver com o aumento da despesa interna da
420 autarquia. É falso dizer-se que o aumento da despesa corrente é absorvido pelo
421 aumento da despesa na rubrica da educação, até porque nesse âmbito há aumento da
422 receita. A nível das receitas transferidas do estado e de impostos, o valor também
423 aumenta. Quanto ao parque desportivo do Falcão, o senhor Presidente da Câmara
424 disse ter conseguido financiamento para resolver o problema, mas aquilo que o senhor
425 Presidente da Câmara conseguiu foi um empréstimo para aceder a verbas comunitá-
426 rias e que foi viabilizado pelo PS e inviabilizado pela CDU que não percebeu que isso
427 ia colocar a autarquia numa situação muito pior, mas isso o senhor Presidente da
428 Câmara não diz. Pretendem que haja a discussão suficiente para a participação ser
429 tomada em conta. Não vai trazer a questão dos pelouros que o senhor Presidente da
430 Câmara pôs de parte quando percebeu que não precisava do PS para viabilizar o
431 orçamento. Estão disponíveis para viabilizar soluções que considerem necessárias
432 para o desenvolvimento do concelho. -----
433 -----A senhora vereadora Teresa Faustino disse que a educação pode não ser o
434 sector que implica a totalidade do aumento da despesa corrente mas é um facto que
435 corresponde a um grande aumento da despesa corrente, por mais promessas que o
436 governo faça. Não há ainda tempo de execução para fazer a análise comparativa entre
437 receitas e despesas. Sendo a despesa muito volumosa e não correspondendo as
438 receitas de forma nenhuma às despesas, tem sérias dúvidas que a implementação
439 destes novos programas do Ministério da Educação se reflecta na melhoria da educa-
440 ção e do apoio às famílias. Se quiserem que o Bombarral fique melhor vão ter de gas-
441 tar muito mais. -----
442 -----O senhor Presidente da Câmara disse que quando se está na oposição é fácil
443 apresentar uma listagem de desejos para o concelho, mas gerir é diagnosticar, deter-
444 minar prioridades para se atingirem determinados objectivos de forma continuada com
445 base no que é a nossa realidade. Hoje já foi demonstrado o desconhecimento sobre
446 uma série de matérias. Para além do empréstimo para o estádio municipal, o PS
447 esqueceu-se de dizer que o Presidente da Câmara conseguiu fazer aprovar mais uma

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

448 candidatura de € 800.000. É assumido na proposta que numa área específica de
449 desenvolvimento rural foram indicadas 4 aldeias históricas – Columbeira, Carvalhal,
450 Roliça e Sanguinhal. Lembrou que há uns anos atrás foi desenvolvida uma candidatu-
451 ra para investimento nas áreas rurais ao programa AGRIS, com uma proposta estru-
452 rante e outra parceria intermunicipal para uma pequena fatia das Cezaredas, tendo
453 sido criado um GTL que devia ter funcionado de forma mais profícua ao longos dos
454 seus dois anos de duração. Neste momento está a ser desenvolvido um projecto inte-
455 grado e intermunicipal para o planalto das Cezaredas. O orçamento espelha de forma
456 mais vincada quais as áreas que entendem estratégicas para o desenvolvimento do
457 Bombarral, com projectos de obras concretas na requalificação urbana, educação,
458 desenvolvimento económico e acção social. Nas águas têm este ano uma despesa de
459 € 500.000 que nunca antes tinham tido, tal como sucede com os esgotos. Também o
460 valor a pagar pelos resíduos aumentou substancialmente em dois anos. Esta despesa
461 é imposta de forma arbitrária pelo governo aos municípios que têm de recorrer à
462 RESIOESTE e Águas do Oeste. Só nestas áreas a despesa aumenta em mais de €
463 1.000.000. na questão do entendimento global, disse que neste momento é muito fácil
464 falar-se em entendimentos globais, mas isso é matéria para leitores de jornais, porque
465 quando abrem a participação todos vêm o que sucede – existe uma demissão comple-
466 ta. Devem estar aqui com vontade de trabalhar em prol do concelho, mesmo critican-
467 do. A sensação com que se fica é que se joga apenas a pensar nas eleições de daqui
468 a três anos. Parece que o que vinga em determinadas intervenções, é a teoria do
469 quanto pior melhor.-----
470 -----Colocados à votação o orçamento e grandes opções do plano para 2007, vota-
471 ram a favor o senhor Presidente da Câmara, e os senhores vereadores José João Fer-
472 reira e Rui Viola, absteve-se a senhora vereadora Teresa Faustino e votaram contra
473 os senhores vereadores Gabriel Martins, Fialho Marcelino e Bruno Santos. O senhor
474 Presidente da Câmara usou o voto de qualidade para aprovar o orçamento e grandes
475 opções do plano para 2007 e remetê-las à Assembleia Municipal. -----
476 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
477 -----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor vereador Fialho Marcelino declarou que:
478 “Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal do Bombarral votaram con-
479 tra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 por um conjunto de razões
480 que convém aqui identificar. O Bombarral, mais uma vez, perdeu a oportunidade de se
481 afirmar no seio do Oeste, face a continuarmos a ter um orçamento sem ideias. Na rea-
482 lidade, estamos perante um orçamento desequilibrado, sem quaisquer investimentos,
483 nem mesmo sinais de futuros investimentos e um plano de actividades sem rumo
484 estratégico e espírito reformista, revelando-se ainda, em algumas das suas propostas
485 pouco credível. O orçamento é desequilibrado porque surge com uma despesa corren-
486 te sem grande evolução pela sua redução e com um volume de aquisição de bens de
487 investimento bastante abaixo daquilo que seria desejável para tirar o Bombarral do
488 marasmo a que se encontra. Por outro lado, acentua-se a dependência da receita cor-
489 rente nas verbas distribuídas pelo Estado, contra a criação de mais-valia para ser
490 arrecada mais receita de criação própria. Ao mesmo tempo, o Plano de Actividades
491 não proporciona um rumo estratégico porque se limita a elencar um conjunto de reali-

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

492 zações que já são do conhecimento de todos, como a melhoria das condições de utili-
493 zação do mercado municipal, a construção de uma biblioteca municipal, um novo
494 museu municipal, entre outros. Estas GOP`s optam por uma política de continuidade,
495 contra aquilo que o senhor Presidente permanentemente afirma que quer romper com
496 as políticas tidas pelo PSD nas anteriores Câmaras Municipais. Não nos esqueçamos
497 que o PSD é o mesmo, contra aquilo que nos querem fazer crer. Enquanto a filosofia
498 dos últimos treze anos de gestão PSD não for profundamente alterada, definindo-se
499 claramente os objectivos e horizontes estratégicos para o Bombarral, passando a existir
500 uma cultura de exigência e competência, não será possível aos Vereadores do Par-
501 tido Socialista viabilizar qualquer proposta de orçamento e plano. As GOP`s, neste ano
502 deveriam romper com os anteriores modelos e definir novas políticas e novos horizon-
503 tes estratégicos. A gestão municipal, se quer acompanhar as mudanças que se estão
504 a realizar tem que considerar novas propostas com novos vectores estratégicos vira-
505 dos para uma melhor gestão territorial, uma melhor dinamização económica e com a
506 criação de emprego, proporcionar um melhor ensino, no respeitante às suas próprias
507 responsabilidades, pugnar por uma sustentabilidade ambiental, proporcionar condi-
508 ções para o incremento do turismo rural, entre outras acções de promoção do pro-
509 gresso para o Bombarral. Sem trabalharmos nestes vectores estratégicos, não conse-
510 guiremos criar as estruturas básicas para uma melhor qualidade de vida. Continuare-
511 mos a ser um concelho pobre, mais idoso, mais despovoado, sem poder de compra. É
512 verdade que algumas das nossas sugestões estão contempladas neste orçamento,
513 mas não chega, teriam que ser colocadas novas ideias, novos conceitos de gestão
514 municipal, em suma novas políticas para a reabilitação urbana, que neste orçamento é
515 bastante tímido, face ao actual estado da vila e das nossas aldeias. Sem uma verda-
516 deira requalificação urbana não será possível fixar novas populações, novos investi-
517 mentos e dar um sinal claro de estratégia a todos aqueles que já cá vivem e investem
518 para criarem novos investimentos. Também, neste orçamento não há uma verdadeira
519 linha de rumo para o desenvolvimento turístico do nosso concelho, não esquecendo os
520 novos conceitos de turismo e os grandes investimentos que irão ser proporcionados
521 na zona oeste, como sendo o TGV e o Aeroporto da Ota. Já temos a A8 que, ao longo
522 destes anos, nunca a gestão PSD na Câmara soube aproveitar. Os novos investimen-
523 tos têm passado na auto-estrada e caminham para outros concelhos, alguns deles até
524 menos favorecidos com as boas vias de comunicação que temos aqui nesta zona oes-
525 te. Neste orçamento não se verifica nenhum sinal tendente ao aproveitamento das
526 verbas do novo QREN, talvez a última oportunidade de serem utilizadas verbas vinda
527 da Comunidade Europeia. Sem esses sinais, como poderemos nos centros de decisão
528 fazer valer as nossas opções e ganharmos para o Bombarral investimentos que são
529 vitais para o nosso desenvolvimento? Com este orçamento continuamos a perder o
530 comboio do desenvolvimento que outros à nossa volta já estão a trabalhar para a cap-
531 tação de novos investimentos, pegando na "pastinha" e andando por aí a ver onde
532 existe essa possibilidade de investimento. Nós por cá estamos à espera que caia do
533 céu ou chegue uma qualquer carta de um qualquer Pai Natal investidor. Em suma,
534 continuamos com umas GOP`S em permanente adiamento, colocando nos anos vin-
535 douros os pretensos investimentos, talvez por se aproximarem as futuras eleições

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

- 536 autárquicas. Nunca, com estas políticas se conseguirá tirar o Bombarral do marasmo
537 em que se encontra, num estádio de desenvolvimento completamente primário para os
538 desafios que a nova economia tem tido para o nosso país. Perante o cenário deste
539 novo orçamento para o ano de 2007, os Vereadores do Partido Socialista não podem
540 viabilizar os principais instrumentos de gestão municipal, pelo que um voto diferente
541 daquele que tomámos significaria um prejuízo para todos aqueles que habitam e tra-
542 balham no concelho do Bombarral. Queremos mais dinamismo, mais vontade de criar
543 riqueza, de colocarmos o Bombarral no centro das decisões do Oeste.”-----
544 **PROLONGAMENTO DA REUNIÃO:** Pelas 19.00 horas foi deliberado por unanimida-
545 de prolongar a reunião por mais uma hora. -----
546 **1366. ACTA N.º 40/2006:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com
547 a abstenção do senhor vereador Rui Viola e o voto favorável dos restantes membros
548 do executivo aprovar a acta n.º 40/2006 respeitante à reunião de Câmara de
549 04.12.2006.-----
550 **1367. ACTA N.º 41/2006:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com
551 a abstenção do senhor vereador Rui Viola e o voto favorável dos restantes membros
552 do executivo aprovar a acta n.º 41/2006 respeitante à reunião de Câmara de
553 07.12.2006.-----
- ORDEM DO DIA**
- 554 **1368. OBRAS PARTICULARES:**-----
555 -----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão deste assunto, o
556 senhor vereador José João Ferreira, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos
557 termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedi-
558 do de intervir na discussão e votação dos pontos 1368.02, por força da alínea b) do
559 artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto ser o requerente, pelo que o senhor
560 presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção nestes actos. -----
561 -----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo,
562 o senhor vereador José João Ferreira, retirou-se da reunião, regressando após a dis-
563 cussão e votação dos pontos onde se encontrava impedido. -----
564 **1368.01 DEMOLIÇÃO DE ANEXOS E CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE**
565 **ESPECIALIDADES:** Apreciado o processo n.º 49/06/01, iniciado a requerimento apre-
566 sentado pelo senhor António José Rodrigues, datado de 2006.11.16, a solicitar licença
567 para demolição de anexos e construção de moradia sita na Rua da Escola, lugar da
568 Delgada, freguesia de Roliça e verificando-se que foram presentes os necessários pro-
569 jectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo
570 período de 12 meses, condicionado à verificação dos prédios. -----
571 **1368.02 CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO – PROJECTO DE ARQUITECTURA E**
572 **ESPECIALIDADES:** Apreciado o processo n.º 141/06/01, iniciado a requerimento
573 apresentado pelo senhor José João Jesus Ferreira, datado de 2006.11.02, foi delibe-
574 rado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir a licença pelo perío-
575 do de 02 meses para construção de muro de vedação sito no Casal Eira da Pedra,
576 lugar do Salgueiro, freguesia de Carvalhal, condicionado ao alinhamento ser definido
577 no local pelos serviços técnicos. -----
578

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

- 579 **1368.03 CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA E ANEXOS – LEGALIZAÇÃO – PRO-**
580 **JECTOS DE ESPECIALIDADES:** Apreciado o processo n.º 100/06/01, iniciado a
581 requerimento apresentado pelo senhor João Henrique Frias da Fonseca, datado de
582 2006.11.08, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir
583 a licença pelo período de 02 meses para construção de armazém agrícola e anexos
584 sítos no lugar do Estorninho, freguesia de Bombarral. -----
- 585 **1368.04 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, ARMAZÉM AGRÍCOLA, ANEXOS E MURO – PRO-**
586 **JECTO DE ARQUITECTURA:** Presente o processo n.º 146/06/01, iniciado a requeri-
587 mento apresentado pelo senhor Jorge Filipe Bernardo da Silva, datado de 2006.11.14,
588 com o projecto de arquitectura para construção de moradia, armazém agrícola, anexos
589 e muro sítos na Rua 1.º de Dezembro, lugar do Estorninho, freguesia de Bombarral, foi
590 adiada a sua apreciação para uma próxima reunião para o executivo se deslocar ao
591 local. -----
- 592 **1368.05 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o pro-
593 cesso n.º 112/06/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora Maria do Céu
594 Sousa Paulino Carlos Costa, datado de 2006.10.30, foi deliberado por unanimidade
595 aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia sita na Rua Artur Bena-
596 vento dos Reis, lugar do Sobral do Parelhão, freguesia de Carvalhal. -----
- 597 **1368.06 APRECIÇÃO DE PROCESSO N.º 163/97/01 H. MONTEIRO CONSTRUÇÕES –**
598 **LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente o processo n.º 163/97/01, iniciado a requeri-
599 mento apresentado pela firma H. Monteiro Construções, foi adiada a sua apreciação
600 para a próxima reunião. -----
- 601 **1368.07 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram
602 aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----
- 603 **1369. AUTO DE VISTORIA:** Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor
604 Presidente da Câmara exarado no auto de vistoria efectuada pelos peritos ao prédio
605 sítos no Largo Comendador João Ferreira dos Santos, vila e freguesia de Bombarral,
606 propriedade de Ercilio Manuel Silva Carvalho Guerra, autorizando a demolição imedia-
607 ta do mesmo, acautelando-se as medidas de segurança necessárias. -----
- 608 **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**
- 609 **DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----
- 610 **1370. COMISSÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:** Informou o
611 executivo que na passada quinta-feira, sete de Dezembro, pelas 21.00 horas, esteve
612 presente numa reunião da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território da
613 Assembleia Municipal, onde fez a apresentação do estudo prévio do Plano de Urbani-
614 zação da vila. Aproveitou para lembrar os senhores vereadores que estão em falta os
615 contributos para o Plano de Urbanização, estando o processo a atrasar-se em virtude
616 disso.-----
- 617 **1371. DIA INTERNACIONAL DO VOLUNTARIADO:** Informou o executivo que no passado
618 dia 05 de Dezembro decorreu em Torres Vedras um seminário no âmbito do Dia Inter-
619 nacional do Voluntariado. -----
- 620 **1372. ACIDENTE DE TRABALHO:** Fez entrega ao senhor vereador Gabriel Martins de
621 cópia do relatório do acidente sofrido pelo funcionário Alexandre Gomes.-----
- 622 **1373. PROGRAMA PARES:** Informou o executivo que no passado dia 09 de Dezembro

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

- 623 esteve presente em Leiria na apresentação dos resultados do Programa Pares, lem-
624 brando que no Bombarral houve a aprovação de apoio para a creche do Centro Social
625 Paroquial. Informou que a partir de Janeiro vai abrir novo período de candidaturas.
626 Nessa altura foi reafirmada intenção de colocar uma técnica de serviço social nos ser-
627 viços de segurança social do Bombarral, bem como o reforço do quadro de administra-
628 tivos. -----
- 629 **DO SENHOR VEREADOR JOSÉ JOÃO FERREIRA: -----**
- 630 **1374. PROGRAMA VINOPOLIS:** Informou o executivo que está em início de constituição
631 uma associação denominada Associação de Cidades Portuguesas do Vinho - VINO-
632 PÓLIS. A iniciativa partiu da Câmara Municipal do Cartaxo, tendo já aderido diversos
633 municípios, tendo como objectivo a afirmação da identidade histórico-cultural, patrimo-
634 nial, económica e social das cidades e dos territórios ligados à produção de vinhos de
635 qualidade. Em particular, esta associação propõe-se os seguintes objectivos: A pro-
636 moção da viticultura e das relações entre os territórios voltados à produção de vinhos
637 de qualidade a nível internacional. A construção Europeia através da formação do
638 cidadão europeu, sob um perfil cultural, social, profissional e económico; para tal fina-
639 lidade esta proporá às várias instituições Europeias competentes empreender iniciati-
640 vas em cooperação. A protecção, a valorização e a promoção dos territórios de voca-
641 ção vinícola e agrícola das actividades agro-alimentares, da produção das especiali-
642 dades enogastronómicas e das produções da economia ecocompatível para assegurar
643 a permanência dos agricultores no território. O incentivo do desenvolvimento económi-
644 co local mediante uma oferta turística integrada, fundada na qualidade do território,
645 dos produtos e dos serviços. A promoção do desenvolvimento de uma moderna cultu-
646 ra empresarial, eficaz e motivada, graças à formação e à actualização dos conheci-
647 mentos profissionais. A valorização dos recursos naturais, históricos, culturais e
648 ambientais. A promoção de iniciativas inovadoras; como, a criação de redes de
649 museus e enotecas nacionais. A elaboração e a realização de estudos, de serviços
650 vocacionados à informação que permitam um conhecimento recíproco e intercâmbios
651 culturais entre as cidades do vinho membros da associação e entre estas e outras rea-
652 lidades. A publicação de revistas, material promocional e de divulgação. A procura de
653 financiamentos para projectos transnacionais de âmbito Comunitário. É sua intenção
654 numa próxima reunião apresentar uma proposta para que o Bombarral adira a este
655 projecto que é pertinente. -----
- 656 **DO SENHOR VEREADOR BRUNO SANTOS: -----**
- 657 **1375. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:** Chamou a atenção para a falta da alteração orçamen-
658 tal que tinha sido acordada entre todos para resolver a questão dos subsídios ao Cen-
659 tro Social Paroquial e ao Serviço Social dos Trabalhadores do Município do Bombarral.
660 A única hipótese existente é a última reunião do ano. -----
- 661 **1376. VIATURA MUNICIPAL:** Chamou a atenção de que o último autocarro adquirido pela
662 Câmara Municipal não tem qualquer identificação exterior. Era altura para o logótipo
663 ter uma forma mais legal para poder ser utilizado, por exemplo, em situações como
664 esta. -----
- 665 **1377. REGULAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL:** Questionou o ponto de situação do regu-
666 lamento da piscina municipal que já há mais de um ano que está para ser reformulado

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

- 667 e voltar a reunião de Câmara. -----
- 668 **1378. INTEMPÉRIES:** Chamou a atenção para um artigo do prof. Emanuel Vilaça disponível
- 669 no Bomportal e no site da Real XXI, sobre questões relacionadas com as cheias que
- 670 fazem pensar sobre algumas tomadas de posição do executivo municipal. -----
- 671 **1379. CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES:** Chamou a atenção que as pessoas
- 672 continuam a aguardar na rua pela chegada do expresso. -----
- 673 -----O senhor vereador José João Ferreira informou o executivo que houve uma
- 674 reunião com o eng. Ricardo Navarro e o representante local da Rodoviária do Tejo
- 675 onde ficou acordado que será um funcionário municipal a abrir e fechar os portões do
- 676 Centro Coordenador de Transportes ao Domingo. -----
- 677 **DA SENHORA VEREADORA TERESA FAUSTINO:**-----
- 678 **1380. ENCERRAMENTO DO SAP DO CENTRO DE SAÚDE:** Não sabe se o senhor Presi-
- 679 dente da Câmara se tentou informar, mas é importante tentar saber-se o que se vai
- 680 passar para se poder discutir o assunto.-----
- 681 **1381. VINOPOLIS:** Considerou que pode ser uma associação muito interessante, mas rei-
- 682 vindicaria que associado ao trabalho desenvolvido houvesse também algum trabalho
- 683 de prevenção do alcoolismo que é uma questão demasiado importante no concelho do
- 684 Bombarral.-----
- 685 **DO SENHOR VEREADOR FIALHO MARCELINO:** -----
- 686 **1382. VISITA ÀS INSTALAÇÕES DO IVV:** Questionou se se confirma a visita às instalações
- 687 do I.V.V. no Bombarral na próxima quinta-feira. -----
- 688 -----O senhor Presidente da Câmara disse estar a aguardar a confirmação. -----
- 689 **1383. PROTOCOLO COM AS ASSOCIAÇÕES:** A semana passada tinha pedido cópia dos
- 690 protocolos existentes com as associações, e nada lhe foi entregue. -----
- 691 **1384. INVESTIMENTOS NO OESTE:** Congratulou-se com a tomada de posição do senhor
- 692 Ministro das Obras Públicas, citando algumas frases do discurso do mesmo. Referiu
- 693 que com a construção das estações do TGV na Ota e Leiria, Leiria vai ficar a 2.45
- 694 horas de Madrid. -----
- 695 **1385. ENCERRAMENTO DO SAP DO CENTRO DE SAÚDE:** Como de certeza que o
- 696 senhor Presidente da Câmara não fez o trabalho de casa acerca de questão do SAP
- 697 do Centro de Saúde, fizemos nós esse trabalho. Todos os SAP's vão encerrar e como
- 698 alternativa vão surgir novos apoio com dois médicos de serviço todos os dias de
- 699 segunda a sábado até às 20.00 horas da semana. Independentemente de haver algu-
- 700 ma perda ao domingo, nos outros dias existe um ganho porque além das consultas de
- 701 rotina passa a haver direito a exames complementares de diagnóstico. Com estas con-
- 702 sultas alargadas vai aumentar a oferta face a cada médico que vai passar mais 5
- 703 horas no Centro de Saúde. Vão com os médicos existentes, ter um ganho equivalente
- 704 a mais dois médicos, com estes horários. Com estas alterações há a possibilidade de
- 705 alargar as consultas para todo o universo de utentes.-----
- 706 **DO SENHOR VEREADOR GABRIEL MARTINS:** -----
- 707 **1386. TORNEIO CONCELHIO DE FUTSAL:** Solicitou novamente os seguintes elementos
- 708 relativos ao Torneio Concelhio de Futsal: comprovativos das receitas das inscrições e
- 709 comprovativos dos pagamentos aos árbitros. -----
- 710 **1387. AUDITORIA:** Perguntou novamente quando irá ser definitivamente entregue o relatório

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

- 711 final da auditoria.-----
- 712 **1388. GABINETE DE APOIO AO EMPRESÁRIO:** Continuam a aguardar a marcação de
- 713 uma reunião do Gabinete de Apoio ao Empresário. -----
- 714 **1389. PROJECTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA:** Requereu que na próxima reunião seja
- 715 presente o projecto de requalificação da Praça da República. -----
- 716 **1390. VINOPOLIS:** Congratulou-se com o facto do Bombarral estar a fazer esforços no
- 717 sentido de aderir a esta associação, mas fica com alguma mágoa porque o Bombarral tem
- 718 tradições vinícolas pelo que devia integrar a comissão instaladora. É uma associação
- 719 importante e na qual o Bombarral deve estar representada e tirar os seus frutos. -----
- 720 **1391. IMI:** Na sequência da informação que o senhor Presidente da Câmara trouxe sobre o
- 721 parecer relativo aos zonamentos sobretudo no centro da vila do Bombarral, leu esse
- 722 parecer e a proposta para revisão dos coeficientes que é feita pelo perito regional e
- 723 ficou preocupado porque não concorda com a proposta. Em primeiro lugar é apenas
- 724 feito o estudo comparativo na habitação e não na utilização comercial o que levaria a
- 725 que a décalage da aplicação do artigo em questão seria maior. Em segundo lugar, o
- 726 que se propõe é a alteração mas apenas a ser aprovada até 31.03.2007. Sendo apli-
- 727 cada nestes termos não tem efeitos retroactivos quando a lei tem um regime próprio e
- 728 especial que permite a aplicação retroactiva das questões objecto de revisão. Há
- 729 casos concretos de concelhos onde houve aplicação retroactiva porque houve revisão.
- 730 Em terceiro lugar, a duplicação do coeficiente de localização no caso do comércio. O
- 731 que devia ser proposto é que o coeficiente de localização devia ser igual para habita-
- 732 ção e para o comércio. Isto vai ter várias consequências no património e as pessoas
- 733 não investem nas fracções destinadas a comércio. Embora os valores propostos
- 734 sejam inferiores aos anteriores continuam a ser superiores aos do Cadaval, Lourinhã,
- 735 Torres Vedras, Alenquer e outros concelhos. Esta proposta não nos beneficia em
- 736 nada. Se havia matérias que deviam ter sido objecto de parecer jurídico esta era uma
- 737 delas, porque esta proposta não beneficia o comércio, pelo que nos devíamos bater
- 738 por outra proposta que fosse no sentido da revisão e não da correcção para poder ter
- 739 efeitos retroactivos. A autarquia deve ter muita atenção a isto e pedir a alguém que
- 740 analise a proposta. É pena não ter sido feito porque o relatório deu entrada a 06 de
- 741 Novembro ao jurista e não teve conhecimento de qualquer desenvolvimento.-----
- 742 -----O senhor Presidente da Câmara disse que do ponto de vista político é um
- 743 assunto que foi agarrado pela Câmara Municipal tendo sido utilizada uma estratégia
- 744 que se consubstanciou numa proposta de diminuição dos valores. Convidou o senhor
- 745 vereador Gabriel Martins a desenvolver uma proposta que possa melhorar mais a pro-
- 746 posta da Direcção Geral de Finanças à CNAPU. -----
- 747 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse estar disponível e fá-lo-á com todo o
- 748 gosto, mas será necessário um parecer jurídico que tem de ser subscrito por alguém
- 749 que tenha sido chamado para o efeito, pelo que têm de ser os serviços jurídicos da
- 750 Câmara Municipal a desenvolver esse trabalho.-----
- 751
- 752 -----Pelas 21.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que
- 753 depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2
- 754 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo

ACTA N.º 42/2006 – Reunião ordinária do dia 2006.12.11

755 funcionário municipal que a lavrou.-----
756
757 O Presidente da Câmara:
758
759 O Funcionário:
760